

(IN)CONSTITUCIONALIDADE DO PROCEDIMENTO DE PREPARAÇÃO À ADOÇÃO PROVISÓRIO SOB A ÓTICA DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL

Autoria

Surya Terra Jacks

Professor orientador

Conrado Paulino da Rosa

OBJETIVOS:

Avaliar a (in) constitucionalidade desta prática, considerando a Constituição Federal de 1988 e a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989, bem como a inexistência de previsão legal no ordenamento jurídico brasileiro.

Explorar a concepção do direito da criança e do adolescente como um "microsistema" em constante evolução, abrangendo tanto aspectos do direito privado quanto do direito público.

IDEIA CENTRAL:

Analisar a jurisprudência do Estado do Rio Grande do Sul a respeito da colocação de crianças e adolescente em processo de preparação para adoção, conhecido como PPA, de maneira provisória, ou seja, sem o trânsito em julgado da Ação de Destituição do Poder Familiar (ADPF). O presente feito tem o intuito de proporcionar o diálogo entre o campo do Direito da Criança e do Adolescente com o Direito Constitucional e Processual Civil ao questionar: é constitucional a colocação de crianças e adolescente em família substituta sem o trânsito em julgado da ADPF?

CONCLUSÃO:

A pesquisa, ainda em desenvolvimento, destaca a complexidade da aplicação do PPA provisório como medida de proteção para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional. Embora a jurisprudência do TJRS tenha inovado ao permitir essa prática, surgem questionamentos importantes sobre sua constitucionalidade. Ainda que, o PPA provisório seja um instrumento importante para a persecução do direito da criança e do adolescente, a ausência de uma previsão legal sobre os requisitos e a forma de como se dará esta aproximação provisória pode caminhar em sentido diametralmente oposto ao qual se busca.

METODOLOGIA:

A pesquisa utiliza método dedutivo mediante exploração bibliográfica e jurisprudencial visando uma abordagem interdisciplinar. São examinados casos emblemáticos, como o Agravo de Instrumento nº 70076485424, para compreender como o PPA provisório tem sido aplicado na prática. Além disso, a pesquisa faz uma análise crítica das implicações legais e constitucionais dessa prática, utilizando como base a Constituição Federal de 1988, Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

PRINCIPAIS REFERÊNCIAS

BIBLIOGRÁFICAS:

VIEIRA, Marcelo. O microsistema do Direito da Criança e do Adolescente . Lições de Direito da Criança e do Adolescente – Vol. 1 [recurso eletrônico] / Josiane Rose Petry Veronese (Org.) - pág. 127 a 150 - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

ROSSETO, Geralda; VERONESE, Josiane. O mal que causamos e o mal que sofremos: por mais cuidado com a criança. Lições de Direito da Criança e do Adolescente – Vol. 1 [recurso eletrônico] / Josiane Rose Petry Veronese (Org.) - pág. 15 a 36 - Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.